

A LÍNGUA ESPANHOLA NO ENTREMEIO DA RELAÇÃO DE PODER

Ana Maria Mendes Larghi

Universidade Federal Fluminense

Este trabalho apresenta o resultado inicial da investigação sobre a implantação da Língua Espanhola na rede pública do Estado do Rio de Janeiro. Um trabalho de política lingüística, que tem como objetivo fazer um diagnóstico que demonstre como a rede pública estadual está se adequando à proposta de inclusão da língua espanhola na matriz curricular das escolas do Estado. Verificar-se-á as medidas políticas que estão sendo adotadas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, a fim de atender à proposta do Governo Federal. A pesquisa se estenderá pelas Coordenadorias Regionais (CR) de Ensino espalhadas por todo o Estado, onde se procederá a investigação. É importante ressaltar que esta pesquisa, ainda em andamento, utilizará a amostragem como forma de representação dos dados estatísticos.

Estudar o funcionamento social de uma língua estrangeira (LE), assim como o tipo de suporte institucional para a sua normalização, são condições necessárias de um planejamento de implantação que busca critérios para sua regulamentação. Porém, o que ocorre quando buscamos referências históricas em políticas para a educação, especialmente no caso das línguas estrangeiras, é que o planejamento das leis nem sempre obedece a um critério científico, onde planejamento e ação sejam consequentes, elas permanecem atreladas mais à vontade política do que à preocupação com a formação integral do aluno.

Sabe-se, que ao longo da história, o homem sempre determinou politicamente o uso da língua e todas as intervenções relativas a ela, estando nas mãos do poder público o poder de decisão. As decisões, quanto ao idioma oficial ou a inserção de LE e mesmo a escolha dela, são sempre decisões de cunho político.

Segundo Calvet (1997, p.10), somente o Estado tem o poder e os meios para determinar uma política lingüística, portanto o sucesso da implantação depende do empenho político e do investimento financeiro despendido pelo Governo. As questões de poder tornam-se centrais no processo de ensino/aprendizagem de línguas, pois direcionam, priorizam e determinam os rumos a serem tomados.

Com a publicação de documentos oficiais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1998), novos esforços integracionistas do Brasil com os países vizinhos foram revitalizados. Um constructo imaginário, idealizado à partir da idéia de família latino-americana. Segundo os PCN:

A aprendizagem do espanhol no Brasil e do português nos países de língua espanhola na América é também um meio de fortalecimento da América Latina, pois seus habitantes passam a se (re)conhecerem não só como força cultural expressiva e múltipla, mas também política [...] (BRASIL, 1998, p.50)

O Ministério da Educação, por meio das OCEM de LE e de um capítulo dirigido ao ensino do Espanhol como Língua Estrangeira (E/LE) (MEC/SEB 2006), reiterou a importância educacional do ensino de línguas estrangeiras, abordando a linguagem como forma de conhecimento de mundo, da aquisição de valores culturais, destacando ainda a importância de o professor apresentar ao aluno a heterogeneidade linguística que a língua espanhola oferece. Dessa maneira, rompendo com preconceitos e estereótipos, que ao longo do tempo tenham privilegiado uma variedade em detrimento de outra. Consoante com as OCEM:

O fundamental, portanto, em que pese a impossibilidade de abarcar toda a riqueza lingüística e cultural do idioma, é que, a partir do contato com algumas das suas variedades, sejam elas de natureza regional, social, cultural, ou mesmo de gêneros, leve-se o estudante a entender a heterogeneidade que marca todas as culturas, povos, línguas e linguagens (BRASIL, 2008, p.137).

Os documentos trouxeram contribuições importantes para o ensino da LE, ressaltando o valor do aprendizado como forma de autoconhecimento, de cidadania e de inclusão. Oportunizar ao jovem o contato com outras culturas é uma forma de incluí-lo na sociedade. Há de se refletir um pouco mais a respeito do sentido que - outras culturas - representa para cada um de nós professores, e como aproximá-las dos alunos com projetos em que a inclusão seja uma constante.

Portanto, a contribuição do sistema educacional é ímpar para que tenhamos um saber significativo e relevante no processo de formação do aluno-cidadão, abarcando todas as possibilidades que o aprendizado de uma LE oferece.

As prioridades na educação, baseadas nos documentos oficiais, passaram pela formação humanística e pela preparação para o trabalho, chegando aos dias atuais,

onde a sua maior contribuição é a formação integral do cidadão. Assim, segundo as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM) (BRASIL, 2008, p.92),

“o valor educacional da aprendizagem de uma língua estrangeira vai muito além de meramente capacitar o aprendiz a usar uma determinada língua estrangeira para fins comunicativos”.

No Brasil, a política linguística associada à ideologia integracionista, que antes se limitava aos países da América Latina, toma outras proporções expandindo esta integração para uma política além-mar. O que Del Valle chamou de “ política (lingüística) ibero-americana” (DEL VALLE, 2007, p.34). A integração ibero-americana ganhou força com a Lei Federal 11.161/2005. O caráter desta política linguística trouxe consigo uma série de discussões a respeito de sua intencionalidade, levando a comunidade hispânica a refletir sobre as reais intenções da aprovação da Lei Federal.

Esta imagen, este entramado lingüístico-ideológico, se ha construído en torno de una serie de ideas: el español es una lengua de encuentro que sirve como modo de expresión a múltiples culturas y que simboliza el espíritu de concordia democrática; el español es una lengua global en expansión, que permite abrazar ideales universales y superar las perniciosas lealtades atávicas del etnicismo y el nacionalismo; y finalmente, el español es una lengua útil y rentable y su conocimiento puede constituir un valioso recurso econômico para quien lo posea (Del Valle; Villa, 2005 , p.99).

No ano de 2009, buscando adequar-se à Lei 11.161/2005, a Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC) fixou as diretrizes para a implantação das matrizes curriculares para a Educação Básica nas Unidades Escolares da Rede Pública e dando outras providências, para o ano de 2010, com base na Resolução nº 4.359/2009 de 19 de Outubro de 2009, publicada no Diário Oficial (D.O) do Estado do Rio de Janeiro, em 21/10/2009. Trazendo a seguinte redação no capítulo III do Ensino Médio, art.15 “De Parte Diversificada do Ensino Médio constará: I – uma Língua Estrangeira Moderna, de acordo com recursos humanos existentes na instituição, de matrícula obrigatória; II – uma segunda Língua Estrangeira Moderna, de oferta obrigatória pela escola e de matrícula facultativa para o aluno; III – O Ensino Religioso, de oferta obrigatória pela escola e de matrícula facultativa para o aluno; IV – Projeto definido pela unidade escolar de matrícula obrigatória para todos os alunos conforme Anexo IV; V – Projeto definido pela unidade escolar de matrícula

obrigatória aos alunos que não optarem pelas disciplinas de matrícula facultativa.” Ainda, três parágrafos, são eles: “§ 1º - Nas unidades escolares onde a Língua Espanhola é a língua escolhida pela comunidade escolar esta será a língua estrangeira obrigatória, sendo a segunda Língua Estrangeira de matrícula facultativa ao aluno; § 2º - A Língua Espanhola deverá constar entre as opções de Língua Estrangeira Moderna, de matrícula obrigatória ou facultativa; § 3º - O planejamento de Parte Diversificada constará do Projeto Político Pedagógico da escola, oportunizando o exercício da autonomia e retratando a identidade da Unidade Escolar.” O que se observa é que a obrigatoriedade da língua espanhola está considerada se esta for escolhida pela comunidade, portanto, se não ocorrer esta escolha, também não ocorrerá a sua eleição como obrigatória. No 2º § a língua espanhola deve constar entre as opções, sendo obrigatória ou facultativa, o que não deixa claro nem garante sua obrigatoriedade.

As modificações nas matrizes curriculares consideram a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que incumbe os governos estaduais da tarefa de definir sua política educacional e estabelecer normas para seu sistema de ensino, em consonância com as diretrizes curriculares nacionais, e também a Lei Estadual nº 4528, de 28 de março de 2005, que estabelece as diretrizes para a organização do Sistema de Ensino do Estado do Rio de Janeiro, definindo a Secretaria Estadual de Educação como um dos órgãos executivos deste sistema.

A elaboração e execução da implantação da língua espanhola na matriz curricular da rede pública do Estado do Rio de Janeiro se fizeram a partir da Resolução 4.359/2009, com um texto não muito claro. Dessa maneira, dando início a um processo que necessita maior atenção das autoridades, para que se promova não apenas o cumprimento da Lei 11.161/2005, mas também que garanta ao aluno da rede pública estadual encontrar-se com esta cultura, assim como oportunizar o contato com tantas outras. Este é o dever do Estado, e deve ser seu compromisso com a sociedade.

A definição do *corpus* desta investigação se deu, inicialmente, no município de Paraíba do Sul onde busquei verificar na rede pública municipal e estadual, a existência e/ou a permanência da língua espanhola nas matrizes curriculares. A partir desta pesquisa, direcionamos a investigação à Rede Estadual, representada

pela Secretaria Estadual de Educação, com sede na cidade do Rio de Janeiro e composta por 30 Coordenadorias Regionais (CR) de Ensino espalhadas por todo o Estado do Rio de Janeiro.

As Coordenadorias Regionais escolhidas para a pesquisa, em número de 08 (oito), foram definidas juntamente com o orientador, assim como também as cidades eleitas para a pesquisa. A escolha foi necessária devido ao fato de várias cidades formarem uma Coordenadoria. Os critérios para a definição foram: a representatividade da cidade na devida Coordenadoria, onde levou-se em conta aspectos econômicos, de desenvolvimento, geográficos, físicos, também da região onde a cidade está localizada. São elas:

Coordenadoria Regional Centro Sul I – Cidade: Paraíba do Sul
Coordenadoria Regional Baía da Ilha Grande – Cidade: Angra dos Reis

Coordenadoria Regional Baixada Litorânea I – Cidade: Cabo Frio

Coordenadoria Regional Metropolitana III – Cidade: Rio de Janeiro (Méier)

Coordenadoria Regional Metropolitana VIII – Cidade: Niterói

Coordenadoria Regional Noroeste Fluminense II – Cidade: Macaé

Coordenadoria Regional Norte Fluminense II – Cidade: Itaperuna

Coordenadoria Regional Serrana III – Cidade: Petrópolis

Foram utilizados os métodos de entrevista e questionário: um direcionado aos servidores públicos em cargos comissionados, e outro a 03 (três) professores (também servidores públicos) representando o corpo docente da respectiva Coordenadoria. Aspectos educacionais e políticos foram levantados, com enfoque nas medidas políticas que foram tomadas para a adequação da matriz curricular à Lei Federal 11.161/2005.

O trabalho iniciou-se com a pesquisa de campo nas Coordenadorias Regionais de Ensino do Estado do Rio de Janeiro, representadas pelos servidores da Equipe de Acompanhamento e de Avaliação, Gerência de Ensino, Supervisão Escolar ,

sendo estes fontes valiosas de informação e de conhecimento da realidade. Os dados foram fornecidos pelos representantes dos órgãos públicos por meio de documentos oficiais, entrevistas e questionários. Desta forma, o *corpus* será constituído de informações, que qualitativamente demonstrarão o entendimento, os anseios, as propostas, de cada uma das CR, e que quantitativamente serão transformadas em dados estatísticos que através de gráficos façam a representação destes dados.

A investigação se deu inicialmente na Coordenadoria Regional Centro Sul I, que é composta pelas cidades de Três Rios, Areal, Comendador Levy Gasparian e Paraíba do Sul. A cidade escolhida para pesquisa nesta Coordenadoria foi Paraíba do Sul.

O município de Paraíba do Sul localiza-se na Região Centro Sul-Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, com uma população de 39.257 habitantes (IBGE 2006). Em relação à capital, a cidade de Paraíba do Sul encontra-se a 135 Km.

Sendo a Região Centro Sul I parte integrante da SEE, está sediada na cidade de Três Rios, vizinha a Paraíba do Sul. A rede estadual conta com cinco escolas sob sua tutela, todas contendo ensino médio.

Considerando que a rede estadual garante ao cidadão sul-paraibano o ensino médio, e que oferecê-lo e garanti-lo é obrigação do poder público estadual, é curioso observar que os responsáveis pela Coordenadoria não responderam às questões propostas.

O total de alunos atendidos pela rede estadual é de 3.741 alunos no município. A média de alunos no ensino médio nas escolas estaduais está estimada em 192 alunos. O C.E. Maria Zulmira Torres conta, segundo os dados fornecidos por servidores públicos da Coordenadoria, com 307 alunos, o maior contingente do ensino médio no município. O C.E. Monsenhor Francisco conta com o maior contingente no Ensino de Jovens e Adultos (EJA).

Quanto ao número de professores de Espanhol atuantes no município de Paraíba do Sul na rede estadual, observou-se que o contingente se restringia a um professor até o ano de 2009; com a realização de concurso público estadual, outros foram contratados: o primeiro, concursado em 2001 e lotado no C.E. Maria Zulmira Torres; o segundo, chamado em 2009 e lotado no C.E. Monsenhor Francisco; e o

terceiro, convocado em 2010 e lotado no C.E. Bezerra de Menezes. Um contingente pequeno que não atende 100% das escolas.

Ainda que haja o profissional habilitado e concursado, a possibilidade de inclusão da disciplina, de acordo com a Resolução 4.359/2009, não ocorre a contratação de um número suficiente de professores de Espanhol. Esta é a realidade da CR da Baía da Ilha Grande, onde a cidade pesquisada foi Angra dos Reis, e também faz parte da realidade da CR Serrana III, onde a cidade pesquisada foi Petrópolis. Por esta razão, encontramos escolas com e sem a disciplina Língua Espanhola, mais uma questão para se refletir a respeito das políticas para a educação no Brasil.

A segunda CR a ser investigada foi a Coordenadoria Regional Baía da Ilha Grande, que compreende os municípios de: Angra dos Reis, Mangaratiba e Parati. O município escolhido para a pesquisa foi Angra dos Reis, onde se encontra a Coordenadoria responsável pela educação do estado na região. A cidade está situada na microrregião da Costa Verde, no estado do Rio de Janeiro. Possui 365 ilhas e está a uma altitude de 6 metros. Com uma história muito antiga, pois o município foi descoberto em 6 de janeiro de 1502, sendo colonizado a partir de 1556. Possui uma população de 168.664 habitantes, aferida em julho de 2009.

A educação no município compreende a rede Municipal, Estadual, Federal e Particular. Como o objeto da pesquisa era conhecer a realidade da rede estadual desta Coordenadoria, limitei-me a fazer a investigação na abrangência estadual. A rede Estadual conta com 21 escolas, sendo 03 (três) indígenas, e 02 (duas) da modalidade CES (Centro de Estudos Supletivos), possuindo ainda o Curso de Formação de Professores em 03 (três) unidades – C.E. Dr. Artur Vargas (Angra dos Reis), C.E. Eng. Mário Moura B. do Amaral (Parati), C.E. João Paulo II (Mangaratiba) -, distribuídas por Angra dos Reis, Mangaratiba e Parati.

Um ponto importante levantado nesta pesquisa, é a carência de professores habilitados na região, sendo os concursados quase que 100% de fora da cidade, uma vez que na região não há nenhum Instituto Superior para a formação destes profissionais. Portanto, encontramos uma outra realidade, onde existem vagas e não existe o profissional habilitado para supri-las. Uma lacuna entre o povo-eleitor e as políticas públicas dirigidas à região, que não conseguem atender às necessidades da população. No momento, a região não tem um número suficiente

de professores que atenda toda a clientela. A sugestão dos entrevistados é que, através de parceria do governo estadual com o governo municipal, ampliem o número de cursos oferecidos pelas extensões de Universidades existentes no município, ou que através da abertura de novos pólos universitários possa oferecer ao povo condições de formar profissionais para suprir as carências.

Permeando o interior das CR, cada vez mais percebemos o quanto a língua espanhola está no entremeio de uma relação de poder explicitamente político, onde em processo e necessitando de continuidade, a educação vai sendo conduzida como os meandros de um rio.

REFERÊNCIAS

BRASIL (1996). Dispõe das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº. 9394/96, de 20 dez. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso 07/05/2007.

BRASIL (2008). Dispõe sobre o Ensino do Espanhol na Educação Fundamental e Média. Lei nº 11.161, de 05 ago. 2005. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 21/08/2008.

BRASIL, MEC (1998). Parâmetros Curriculares Nacionais: língua estrangeira/ensino fundamental. Brasília: MEC/SEF, p. 50.

CALVET, Louis-Jean (1997). Las políticas lingüísticas. Edicial S.A. Buenos Aires, p.10.

CAMARA OFICIAL ESPANHOLA DE COMÉRCIO NO BRASIL. Disponível em <<http://www.camaraespanhola.org.br>>. Acesso em 14/07/2007.

COSTA, A. (2005). Câmara aprova projeto que obriga o ensino do espanhol nas escolas Portal MEC. Disponível em <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em 30/05/2008.

VALLE, José del.(2007). *La lengua, patria común? Ideas e ideologia del español*. Frankfurt/Madrid: Vervuert/Iberoamericana, p.34; p. 99.

ORIENTAÇÕES CURRICULARES NACIONAIS. MEC.(2008) Linguagens, códigos e suas tecnologias/ Secretaria de Educação Básica, p. 92.

ANEXO 1

O questionário 1, dirigido às Coordenadorias Regionais de Ensino:

1 – O governo Estadual já adequou a matriz curricular à Lei 11.161/2005? 2 – A partir de quando? (Mês e ano) 3 – Esta adequação se deu através de que documento? 4 – Em caso negativo, por que ainda não faz parte da matriz curricular? 5 – Alguma escola incluiu o Espanhol em sua matriz? Como? Quais as séries? Quantos alunos? 6 – Que medidas estão sendo tomadas para a adequação da Lei 11.161/2005 que tem como meta a obrigatoriedade do ensino do Espanhol no Brasil, visto que o prazo se encerra no próximo ano? 7 – “... criar possibilidades de o cidadão dialogar com outras culturas sem que haja a necessidade de abrir mão de seus valores” (Maturana, 1999, OCN, 96). Como o governo Estadual poderia criar tais possibilidades? 8 – Com a inclusão da Língua Espanhola na matriz curricular, dentro da nossa realidade, que dificuldades serão encontradas para que se cumpra a lei que estabelece o Espanhol como obrigatório? 9 - Sabemos que a decisão de se estudar um idioma, é uma decisão política. Em muitos países são oferecidas três línguas estrangeiras. Em que as políticas públicas podem ser decisivas no ensino das línguas estrangeiras no Estado do Rio de Janeiro? 10 – Reconhecer o valor do ensino da língua estrangeira no processo identitário do aluno brasileiro, é uma forma democrática de se estabelecer uma relação que contribuirá para um novo olhar a partir do outro.

ANEXO 2

O questionário 2, dirigido ao Corpo Docente:

I – Responda:

1 – Por que optou pelo curso de Letras com habilitação em Língua Estrangeira (LE)? 2 - Por que a opção pela Língua Espanhola? 3 – Quanto à formação do aluno, que importância você atribui ao ensino de Língua Estrangeira? 4 – Do ponto de vista educacional, como o ensino de LE contribui para a inclusão social? 5 – O que o aluno de E/LE pode ganhar com este aprendizado?

II – Assinale a sua opção:

1 – “Cada forma de expressão, cada aspecto sociocultural integra o idioma como um todo, intrinsecamente heterogêneo, em cada espaço social e cultural que focalizemos” (OCEM, p.138)”

Como professor, como você avalia a escrita no curso de Espanhol?

() péssimo () muito ruim () ruim () regular () bom () muito bom

() excelente

2 – Qual a importância de saber escrever em Espanhol?

() para trabalhar numa empresa.

() para poder me relacionar com outras pessoas.

- () para escrever emails.
- () para participar de conversas via Internet.
- () para melhorar o curriculum.
- 3 – Você lê sites em espanhol? () sim () não
- 4 – Você lê livros em espanhol? () sim () não
- 5 – Você estudou espanhol em cursos livres? () sim () Não
- 6 – Você já escreveu artigos, textos publicitários em espanhol?
- () sim () não
- 7 – Você se relaciona na Internet, através de email, em espanhol?
- () sim () não
- 8 – Você se relaciona na Internet, através do MSN, em espanhol?
- () sim () não
- 9 – Quanto tempo de curso na graduação?
- () 1 a 3 anos () 1 a 4 anos () 4 anos ou mais
- 10 – Qual o tipo de escola que cursou a graduação?
- () Federal () Estadual () Particular
- 11 – Qual o nível de ensino?
- () fundamental (1º segmento – C.A. a 5º ano)
- () fundamental (2º segmento – 6º ao 9º ano)
- () médio (todas às séries)
- () curso de línguas.
- 12 – Você aprendeu a produzir textos em espanhol? () sim () não
- 13 – Como você aprendeu a gramática do espanhol?
- () através de textos.
- () através de exercícios.
- () através de memorizações.
- III – Responda:
- 1 – Como você vê o estímulo à escrita em classes de espanhol
- 2 – Qual a série que se iniciou o seu aprendizado?
- 3 – Quais as áreas de conhecimento que são de seu interesse nos sites da Internet?
- 4 – Quantos anos de experiência profissional?
- () mais de 10 anos () de 5 a 10 anos () de 1 mês a 5 anos
- 5 – Participa de atualizações ?
- () Uma a cada dois anos () Uma por ano () Uma a cada semestre
- 6 – Você trabalha em um ou mais lugares? Quantos? () 1 () 2 () 3 () mais de 3

7 – Qual ou quais Instituições você trabalha? () Federal () Estadual ()

Municipal

8 – Qual o número de alunos que você leciona?

() de 100 a 400 () de 80 a 250 () 50 a 200 () de 40 a 180

9 – Você utiliza livros na prática docente? () Sim () Não

Em caso negativo, qual o material utilizado?

() confecção própria () apostila produzida por editora

10- Quanto ao seu salário, como você o considera?

() Muito bom () Bom () Satisfatório () Ruim () Péssimo

11 – Quantas avaliações você faz por bimestre?

() 1 () 2 () 3 () mais de 3

12 – Que tipo de avaliação?

() prova () teste e prova () teste, trabalho e prova () outros

13 – Você utiliza a interdisciplinaridade na sua prática docente? () Sim () Não

14 – Você, como professor, já leu os PCN e as OCEM?

() Sim () Não () Já li, mas não me lembro

15 – A concepção de letramento (Ocem) como prática sociocultural, faz parte de sua prática pedagógica? Em caso afirmativo, como?

16 – Como você trabalha a leitura em língua estrangeira com seus alunos?

() partindo de contextos locais () temas () temas mais que contextos () Outras

17 – Qual a frequência? () por bimestre () por semana () por aula

18 – Como você, professor, classifica, quanto à leitura e interpretação, seu aluno?

() Excelente () Razoável () Lê mas não interpreta bem

() Tem preguiça de ler () Bom leitor () Mau leitor

() Lê e interpreta bem () Não gosta de ler

19 – Qual a sua frequência de leitura?

() anual () semanal () diária

OBRIGADA PELA SUA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA!